

# RESENHAS

**GUIA DE LEITURA PARA ALUNOS DE 1º E 2º GRAUS**  
CENTRO DE PESQUISAS LITERÁRIAS ¼ PUCRS  
São Paulo, Cortez; Brasília, INEP/MEC;  
Porto Alegre, CPL/PUCRS, 1989

Guias de leitura para professores e pais costumam ser manuais de consulta relativamente desprovidos de qualquer atrativo, além do de se prestarem à orientação, principalmente de professores/as, na escolha do material paradático mais adequado à faixa etária de seus alunos e alunas. O caso do *Guia de Leitura para alunos do 1º e 2º Graus* parece se constituir em exceção; não por diferir fundamentalmente de propósitos imediatos comuns às pesquisas deste tipo, mas pelo recorte empregado pelas/os pesquisadoras/es no levantamento e seleção dos títulos, bem como por uma cuidadosa explicitação dos passos metodológicos empregados na pesquisa.



Não são comuns, a se tomar como exemplo os guias anteriores lançados pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil — FNLIJ, os manuais que oferecem aos docentes do ensino básico e médio um quadro detalhado dos motivos e procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa e escolha final do material selecionado. Ao explicitar os seus, o Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS inova, colocando à disposição de professores/as alguns subsídios para, na ausência de futuros guias (que costumam ser lançados quase que a cada decênio), formularem eles próprios suas críticas e avaliações dos títulos disponíveis. Este *Guia* tem ainda, como vantagem adicional, a preocupação de tomar em conta o razoável despreparo de professores/as face aos projetos de leitura literária na escola, e de oferecer uma introdução teórica à questão da literatura e da literatura infanto-juvenil, seu papel na escola, sua utilidade social e cultural.

Parece ser justamente neste momento, no de uma reflexão sobre os usos e abusos da literatura infanto-juvenil no espaço da escola, que os pressupostos teórico-literários e o aporte político-ideológico da pesquisa entram em rota de colisão, causando, ao final, um descompasso cujos resultados podem ser considerados como, no mínimo, um lamentável equívoco.

A elaboração deste *Guia* partiu de uma pesquisa iniciada em 1984/1985 sobre a situação do ensino de literatura na escola de 1º e 2º graus do Rio Grande do Sul. O resultado dessa pesquisa punha em evidência que o professorado de 1º e 2º graus, naquele estado, desconhecia o material literário infanto-juvenil disponível no mercado. Esse desconhecimento, considera a pesquisa, seria um dos grandes entraves para a aceitação da leitura literária pelo alunado das escolas gaúchas. Sobre esse resultado, um grupo de pesquisa do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, coordenado por Maria da Glória Bordini, desenvolveu o levantamento e exame da produção literária para crianças e jovens publicada a partir da 1984, levantamento que resultou neste *Guia de Leitura*, com o objetivo de orientar pais e professores na seleção de títulos de literatura infanto-juvenil mais adequados a seus filhos e alunos.

Neste levantamento e análise foram arrolados 800 títulos, dos quais 212 constituem os títulos que o *Guia*, segundo critérios estéticos e ideológicos previamente estabelecidos, sugere como recomendáveis para leitura.

A pesquisa divide-se em duas partes: a primeira dedicada à reflexão sobre o papel da leitura na vida do leitor jovem ou criança e sobre a necessidade de desvincular a

leitura do aspecto puramente pedagógico, dando à literatura um tratamento menos pragmático (no sentido de utilização do texto literário para fins didáticos) e mais voltado a sua inclusão no currículo escolar independente de disciplinas afins (Comunicação e Expressão).

Esta primeira parte ainda se dedica a uma comparação entre literatura e meios de comunicação de massa, e a uma análise das precárias capacidades de leitura e decodificação de mensagens audiovisuais pela maioria da população brasileira. O último item desta primeira parte é dedicado a uma orientação de pais e professores no sentido de introduzir a prática da leitura literária como parte do cotidiano da escola e da família.

A segunda parte, que constitui o *Guia* propriamente dito, arrola os 212 títulos que a pesquisa destaca como recomendados para leitura, separando-os por faixas etárias, as quais são estabelecidas face ao desenvolvimento cognitivo, níveis de compreensão e interesse das várias faixas. Às análises dos textos indicados seguem-se um modelo de ficha de análise onde constam: o gênero da obra; breve resumo do enredo; característica de personagens, tempo e espaço; aspectos estéticos e ideológicos; e a indicação de faixa etária.

A isto segue-se um apêndice, com o relatório das pesquisas realizadas junto ao corpo discente e docente das escolas de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus sobre leitura literária na escola, e os resultados verificados no levantamento dos textos de literatura infanto-juvenil disponíveis no mercado, os quais, segundo os critérios adotados para indicação, evidenciam um quadro nada alentador para o leitor jovem ou criança.

Finalmente, nos anexos, temos os modelos de ficha para avaliação das obras segundo faixas etárias e a relação de obras lidas e das obras destacadas pela pesquisa.

Diante de um trabalho desta magnitude, cuja qualidade metodológica de pesquisa é, sem dúvida, admirável, bastaria que acrescentássemos mais alguns detalhes presentes no estudo, e poderíamos dar por encerrada a resenha, com os nossos cumprimentos. Entretanto, devemos apresentar dois aspectos problemáticos com os quais os estudos e pesquisas sobre literatura infanto-juvenil têm se deparado e que, neste *Guia de Leitura*, se expressam, por assim dizer, de corpo inteiro, redundando em um projeto sobre o qual se necessitaria refletir cuidadosamente.

O primeiro passa pela questão de uma teoria que considera a obra literária como um objeto em si, dotado de significados e sentido próprios, desvinculada, para efeito

de compreensão e de fruição, do contexto sócio-político-cultural onde se insere. Alia-se a isto, no caso do *Guia de Leitura*, uma indisfarçável "crença" nos poderes emancipatórios desta literatura.

O outro liga-se a uma compreensão das relações entre jovens, crianças e adultos como hierarquicamente construída, onde os primeiros, despossuídos de poder, são tutelados pelos últimos.

A junção destes dois aspectos tem sido um complicador para os estudos e pesquisas que propugnam a qualidade literária das obras de cunho infanto-juvenil e a possibilidade de uma relação mais igualitária entre adultos e crianças, seja na família, seja na escola; seja, no caso específico desta literatura, na relação autor-leitor. O raciocínio parece ser, no caso deste *Guia de Leitura*: a uma arte como a literária deve corresponder um produto cujo aspecto estético sobreponha, quando não anule, os aspectos ideológicos presentes na sociedade adulta. O produto resultante possibilitaria ao leitor criança/jovem a experiência de uma fruição ou compreensão menos ideologicamente orientada.

Ora, para se alcançar os objetivos emancipatórios que o *Guia* propugna, parece ser necessária a existência uma literatura absolutamente isenta de aspectos ideológicos. Como isto parece impossível de ocorrer, sugere-se que o leitor seja contemplado com uma formação literária crítica, que o prepare para enfrentar os aspectos estéticos e ideológicos em posição menos dependente e desigual.

Ocorre, porém, como lembra Terry Eagleton, que os termos *crítica* e *literário* são definidos pela instituição literária. Esta é composta por adultos, definitivamente instalados numa sociedade adultocêntrica e circunscritos pelas ideologias mais ou menos emancipatórias de que dispõem as teorias e a sociedade como um todo. Esta instituição literária estabelece o que e como deve ser lido, e, em última instância, o que e como deve ser escrito.

A crítica presente neste *Guia de Leitura* ilustra com surpreendente transparência o quanto a instituição literária, no caso da literatura infanto-juvenil, tem se arrogado o direito de estabelecer parâmetros de produção e de consumo. Pelo vínculo estreito entre escola e literatura infanto-juvenil, que a cada ano vem se apertando mais e mais, este estudo se confessa como uma cunha introduzida na relação desigual entre adulto (criador-produtor)/criança e jovem (leitor) e declara: "É para equilibrar forças envolvidas no circuito produção-família-escola-público jovem que se

propugna por uma seleção de leituras infanto-juvenis ou pela discussão leal das mesmas" (p.12).

Esta posição mediadora, na forma em que está expressa, oferece a possibilidade de perguntarmos: propugnar por uma seleção ou discussão leal das leituras significaria que, na ausência ou impossibilidade da discussão leal, as seleções como as feitas por este *Guia* se impõem como única via possível? Quem deve conduzir a discussão leal — a crítica, a escola, ambas? Propugnar por melhor preparo do professorado no campo da leitura literária, e por sua relativa independência da crítica para orientação dos leitores, está fora do limite da crítica?

Mas, para não nos afastarmos da proposta oferecida pela obra, gostaríamos de colocar para reflexão se, a uma seleção, não corresponderia uma anterior discussão leal, cuja face visível fosse a explicitação, ainda que por exemplos, das visões divergentes daquelas que compõem a seleção; tanto mais necessária será esta explicitação quanto maior for o desconhecimento de professores e pais sobre o que há para ser lido por seus filhos e alunos. Relacionando os 800 títulos levantados e colocando diante dos não selecionados apenas um carimbo de *não recomendado* não nos parece ser um exemplo de discussão leal que redunde em emancipação do leitor.

Parece-nos, antes, que, no afã reconhecidamente necessário de mediar as relações desiguais entre adultos, criança e jovens, a instituição literária vem incorrendo nos erros das mesmas práticas autoritárias que condena, e, no caso específico deste *Guia*, estabelece como "emancipatória" a prática inquisitorial de manter um *index* de obras "não recomendadas".

Os riscos deste procedimento são notórios. Não recomendar uma leitura, e fazê-lo para uma clientela (especificamente o professorado) despreparada e acrítica, inserida em instituição repressora, como é a escola, é dar margem a fantasias de toda ordem, especialmente as de ordem moral; porque, convenhamos, é bastante provável que a utilização de guias seja exclusivamente pragmática e dispense a leitura de seus pressupostos. Atitudes normativas impostas — especialmente quando impostas pela autoridade acadêmica — têm o efeito das facas de dois gumes. Promovem tanto o reforço de práticas repressivas, quanto têm a possibilidade de adquirir uma contra-face estimuladora de transgressão. Que o diga a geração de, para não irmos tão longe, três ou quatro décadas atrás: o que a Igreja, o Estado, a Escola, a Família impediam de ter era sempre o que se desejava ler; tinha sabor de fruto proibido,

tanto mais saboroso quanto maior fosse o empenho em não recomendar. É certo que muito do que se lia às escondidas frustrava a expectativa, mas ainda assim valia sempre a pena correr o risco. E, só por transgredir, aprendia-se a conviver com as divergências.

Se partilharmos, por um lado, da inquietação face aos rumos desastrosos da educação como um todo, em tudo e por tudo impositiva e ideologicamente perversa, por outro, deploramos as práticas, perversas na mesma medida, que expurgam, em nome da qualidade literária e ideológica, textos que, reiteramos, não estejam comparativamente apresentados (sequer por exemplos), quando, então, se poderia constatar, de maneira sempre saudavelmente polêmica, a inadequação que os torna "não recomendados".

O estabelecimento de parâmetros estéticos e ideológicos rígidos, e a tentativa de gerar uma tradição literária não são coisas novas na história das sociedades e da literatura. Justamente pela experiência que nos confere o conhecimento desta história e pelas tentativas passadas e presentes de mudar-lhe os rumos, poderíamos, talvez, enquanto possuídores e geradores de conhecimento, atentar para o alcance de nossas práticas face aos que consideramos despossuídos e oprimidos. Questionarmo-nos sobre a possibilidade de estarmos apenas substituindo uma prática opressiva por outra e se, com isso, não nos tornamos agentes (in) voluntários de cristalizações acríticas de pouco, ou mesmo nenhum poder transformador, é ato de reflexão que, quanto mais freqüente, mais impõe limites a nossos projetos. Entretanto, esta reflexão é imperiosa aos que tomam para si a responsabilidade de falar pelos que não têm voz.

Não questionamos aqui a necessidade de se alcançar melhor padrão de qualidade literária ou de se tentar barrar os vesos oportunistas do mercado editorial de literatura infanto-juvenil. O que desejamos pôr em questão é como a instituição literária pode colocar seus serviços a favor do leitor e desta literatura.

Reconhecemos a relevância de trabalhos criteriosos como os que embasam a elaboração deste *Guia*, os quais sempre contribuem de maneira efetiva para o esclarecimento de pais e professores. Entretanto, pelos possíveis entraves que a pesquisa parece impor a seu próprio projeto de esclarecimento, "recomendamos" aos leitores uma "leitura crítica".

Edith Piza